

Ano letivo 2020/2021

PROGRAMA DE
DIREITO DAS OBRIGAÇÕES II

Regência: Prof. Doutor António Menezes Cordeiro
Prof^a Doutora Catarina Monteiro Pires

Anexo: cronograma das aulas teóricas

PARTE IV – CONSTITUIÇÃO DAS OBRIGAÇÕES
(Continuação)

CAPÍTULO XII – A GESTÃO DE NEGÓCIOS

Secção I – Dimensões histórico-comparatísticas

- § 1.º Aspetos gerais e Direito romano
- § 2.º Direito intermédio e codificações

Secção II – A experiência lusófona

- § 3.º A evolução do Direito lusófono
- § 4.º As consagrações legislativas

Secção III – Dogmática geral

- § 5.º Modalidades, figuras afins e funções
- § 6.º Requisitos

Secção IV – Regime e efeitos da gestão

- § 7.º A situação do gestor
- § 8.º A situação do dono
- § 9.º A situação dos terceiros

Secção V – Aplicações e natureza da gestão

- § 10.º As aplicações da gestão
- § 11.º A natureza da gestão

CAPÍTULO XIII – O ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA

Secção I – Coordenadas histórico-comparatísticas

- § 12.º Noções prévias e Direito romano
- § 13.º Direito intermédio
- § 14.º Os grandes sistemas: Napoleão, BGB e inglês
- § 15.º Direito europeu

Secção II – A experiência lusófona

- § 16.º Das origens ao Código de Seabra
- § 17.º Os Códigos Vaz Serra (1966) e brasileiro (2002)
- § 18.º A aplicação do Código Vaz Serra

Secção III – Dogmática geral

- § 19.º Modalidades
- § 20.º Funções e figuras afins
- § 21.º Requisitos gerais
- § 22.º A obrigação de restituir

Secção IV – Os enriquecimentos em especial

- § 23.º A repetição do indevido
- § 24.º Enriquecimentos por prestação
- § 25.º Enriquecimentos por intervenção e por pagamento de despesas
- § 26.º O enriquecimento trilateral

CAPÍTULO XIV – A RESPONSABILIDADE CIVIL

Secção I – Sistema geral e coordenadas históricas

- § 27.º Sistema geral
- § 28.º Das XII Tábuas ao *Corpus Iuris Civilis*
- § 29.º Os pressupostos romanos
- § 30.º O Direito intermédio

Secção II – Os grandes sistemas continentais

- § 31.º Napoleão e a *faute*
- § 32.º Jhering, a ilicitude e a culpa
- § 33.º A dualidade de modelos e as suas consequências

Secção III – O modelo anglo-saxónico e o Direito europeu

- § 34.º O modelo anglo-saxónico
- § 35.º O Direito europeu

Secção IV – A experiência lusófona

- § 36.º Pré-codificação e Códigos de Seabra e brasileiro de 1916
- § 37.º Guilherme Moreira e a recepção do sistema moderno
- § 38.º O Código Vaz Serra: o modelo híbrido
- § 39.º O Código brasileiro de 2002

Secção V – Dogmática geral

Subsecção I – Modalidades e tipologias

- § 40.º As responsabilidades aquiliana e obrigacional
- § 41.º Aquiliana e obrigacional: alcance, concurso e terceira via
- § 42.º Outras distinções e figuras afins

Subsecção II – Extensão, escopos e importância

- § 43.º Extensão e escopos
- § 44.º Importância

Subsecção III – Os pressupostos da responsabilidade civil delitual

- § 45.º Os sistemas de pressupostos
- § 46.º O facto
- § 47.º A ilicitude
- § 48.º A culpa
- § 49.º As causas de justificação
- § 50.º As causas de excusa
- § 51.º O dano
- § 52.º O nexo de causalidade

Secção VI – Situações aquilianas em especial

- § 53.º Ofensa do crédito e do bom nome
- § 54.º Conselhos, recomendações ou informações
- § 55.º A prevenção do perigo (deveres de tráfego)

Secção VII – A responsabilidade pelo risco

- § 56.º Génese e desenvolvimento da responsabilidade pelo risco
- § 57.º A responsabilidade do comitente
- § 58.º A responsabilidade do Estado e de outras entidades públicas
- § 59.º Os danos causados por animais
- § 60.º Os acidentes de viação
- § 61.º Instalações de gás e eletricidade

§ 62.º A responsabilidade do produtor

§ 63.º A responsabilidades ambiental

Secção VIII – A responsabilidade pelo sacrifício

§ 64.º A responsabilidade pelo sacrifício

Secção IX – O dever de indemnizar

§ 65.º O regime do dever de indemnizar

§ 66.º O concurso de imputações

§ 67.º Montante e natureza da obrigação de indemnizar

I – O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

CAPÍTULO I – CONDIMENTOS SISTEMÁTICOS E CULTURAIS DO CUMPRIMENTO

§ 68.º O cumprimento e o sistema

§ 69.º O cumprimento na História

§ 70.º O cumprimento no Direito comparado

§ 71.º O sistema lusófono e o cumprimento

CAPÍTULO II – A DOGMÁTICA DO CUMPRIMENTO

§ 72.º Terminologia, sede legal e princípios

§ 73.º Os princípios do cumprimento

§ 74.º O prazo da prestação

§ 75.º O lugar da prestação

§ 76.º Legitimidade para cumprir

§ 77.º Legitimidade para receber a prestação

§ 78.º A imputação do cumprimento

§ 79.º A prova do cumprimento e a quitação

§ 80.º Os efeitos do cumprimento

CAPÍTULO III – CONSTRUÇÃO JURÍDICO-CIENTÍFICA DO CUMPRIMENTO

§ 81.º A axiologia do cumprimento

§ 82.º A natureza do cumprimento

CAPÍTULO IV – A *CULPA POST PACTUM FINITUM*

§ 83.º A pós-eficácia: problema e explicação geral

§ 84.º Explicações específicas para a pós-eficácia

§ 85.º Tipos de pós-eficácia

§ 86.º A pós-eficácia estrita

II – O NÃO-CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

CAPÍTULO I – COORDENADAS HISTÓRICO-CULTURAIS DO NÃO-CUMPRIMENTO

§ 87.º Enquadramento e modalidades do não-cumprimento

§ 88.º O Direito da perturbação das prestações

CAPÍTULO II – O CUMPRIMENTO RETARDADO

§ 89.º A mora do devedor

§ 90.º A mora do credor e o atraso imputável a terceiros

§ 91.º A declaração de não-cumprimento

§ 92.º O não-cumprimento definitivo

CAPÍTULO III – A EXCEÇÃO DO CONTRATO NÃO-CUMPRIDO

§ 93.º Pressupostos, origem e evolução da *exceptio*

§ 94.º O regime de exceção de não-cumprimento

CAPÍTULO IV – A IMPOSSIBILIDADE

Secção I – Coordenadas gerais da impossibilidade

- § 95.º A impossibilidade e a sua evolução
- § 96.º A impossibilidade no Direito comparado
- § 97.º A impossibilidade no sistema lusófono

Secção II – O regime da impossibilidade

- § 98.º Dogmática básica da impossibilidade
- § 99.º Outras modalidades de impossibilidade
- § 100.º Prestações recíprocas e impossibilidades indiretas
- § 101.º O *commodum* de representação; regime do risco

Secção III – A impossibilidade imputável

- § 102.º A impossibilidade imputável ao devedor
- § 103.º A impossibilidade imputável ao credor
- § 104.º A impossibilidade imputável a um terceiro

CAPÍTULO V – O NÃO-CUMPRIMENTO FRONTAL

- § 105.º A não-execução culposa
- § 106.º Evolução da responsabilidade contratual por atos de terceiros
- § 107.º A responsabilidade por atos de representantes ou auxiliares

CAPÍTULO VI – A VIOLAÇÃO POSITIVA DO CONTRATO

- § 108.º Evolução histórico-dogmática da violação positiva do contrato
- § 109.º A situação atual da violação positiva do contrato
- § 110.º O cumprimento imperfeito

CAPÍTULO VII – FIXAÇÃO CONTRATUAL DOS DIREITOS DO CREDOR

Secção I – A limitação contratual

§ 111.º As cláusulas limitativas de responsabilidade

Secção II – A cláusula penal

§ 112.º Evolução histórico-comparatística da cláusula penal

§ 113.º A evolução lusófona da cláusula penal

§ 114.º Dogmática básica da pena convencional

§ 115.º O regime da cláusula penal

Secção III – O sinal

§ 116.º O sinal e o seu regime

CAPÍTULO VIII – A REALIZAÇÃO COATIVA DA PRESTAÇÃO

§ 117.º A ação de cumprimento e a execução

§ 118.º A sanção pecuniária compulsória

§ 119.º A cessão de bens aos credores

III – A MODIFICAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES E A ALTERAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS

CAPÍTULO I – A MODIFICAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES

§ 120.º Modificações em geral

CAPÍTULO II – A ALTERAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS

Secção I – Aspetos gerais e dimensões histórico-comparatísticas

- § 121.º Dimensões jurídico-científicas da alteração de circunstâncias
- § 122.º Evolução histórica: a *clausula rebus sis stantibus*
- § 123.º Da pressuposição à base do negócio
- § 124.º A base do negócio
- § 125.º Da imprevisão à onerosidade excessiva
- § 126.º Dados evolutivos da alteração das circunstâncias

Secção II – Excurso: o equilíbrio financeiro

- § 127.º Excurso: o equilíbrio financeiro nos contratos públicos

Secção III – A experiência lusófona

- § 128.º A alteração das circunstâncias até 1966
- § 129.º A delimitação da alteração das circunstâncias
- § 130.º A alteração das circunstâncias e o Direito vigente (437.º/1)

Secção IV – A crise de 2009/2014 e a jurisprudência

- § 131.º Aspetos gerais da crise de 2009/2014
- § 132.º O sector financeiro e a alteração de circunstâncias

IV – A TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES

CAPÍTULO I – DA TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES

- § 133.º A transmissibilidade das obrigações

CAPÍTULO II – A CESSÃO DE CRÉDITOS

Secção I – Dimensões históricas e comparatísticas

§ 134.º Evolução histórico-comparatística da cessão

§ 135.º A cessão nos Direitos uniforme e europeu

§ 135.º A cessão na experiência lusófona

Secção II – O regime da cessão

§ 136.º O âmbito da cessão

§ 137.º O objeto da cessão

§ 138.º O regime da cessão

§ 139.º A notificação ao devedor

CAPÍTULO III – A SUB-ROGAÇÃO

§ 140.º A evolução da sub-rogação

§ 141.º O regime da sub-rogação

CAPÍTULO IV – A ASSUNÇÃO DE DÍVIDA

§ 142.º Origem e evolução histórica da assunção

§ 143.º A assunção de dívida na experiência lusófona

§ 144.º Sistema e objeto da assunção de dívida

§ 145.º O regime da assunção de dívida

§ 146.º As vicissitudes da assunção de dívida

§ 147.º A eficácia e a natureza da assunção de dívida

CAPÍTULO V – A CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

§ 148.º Origem da cessão da posição contratual

§ 149.º Sistema e objeto da cessão da posição contratual

§ 150.º O regime e a natureza da cessão da posição contratual

V – A EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES

§ 151.º Quadro geral da extinção das obrigações

CAPÍTULO I – A SUPRESSÃO DA FONTE DA OBRIGAÇÃO

§ 152.º Generalidades; papel da resolução

Secção I – Da resolução

§ 153.º Aspetos históricos da resolução

§ 154.º Os pressupostos da resolução

§ 155.º Exercício e efeitos da resolução

§ 156.º A natureza da resolução e o seu exercício indevido

§ 157.º A resolução e a indemnização

Secção II – Da revogação

§ 158.º A revogação; problemática histórico-comparatística

§ 159.º Regime e natureza da revogação

§ 160.º A revogação/arrependimento do consumidor

Secção III – Da denúncia, da oposição à renovação, da renúncia e da caducidade

§ 161.º Denúncia, oposição à renovação e renúncia

§ 162.º Da oposição à renovação

§ 163.º Da renúncia

§ 164.º Da caducidade

CAPÍTULO II – OS SUCEDÂNEOS DO CUMPRIMENTO

Secção I – A dação em cumprimento

§ 165.º Evolução histórico-comparatística da dação em cumprimento

§ 166.º O regime e a natureza da dação em cumprimento

Secção II – A consignação em depósito

§ 167.º Evolução histórico-comparatística da consignação em depósito

§ 168.º O regime e a natureza da consignação em depósito

Secção III – A compensação

§ 169.º Introdução e evolução histórica da compensação

§ 170.º Os grandes sistemas da compensação

§ 171.º A experiência lusófona da compensação

§ 172.º Os requisitos da compensação

§ 173.º O âmbito da compensação

§ 174.º A efetivação da compensação

§ 175.º A exclusão da compensação

§ 176.º Natureza da compensação; compensações contratuais e anómalas

Secção IV – A novação

§ 177.º Aspetos histórico-comparatísticos da novação

§ 178.º O regime da novação

Secção V – A remissão

§ 179.º A remissão

Secção VI – A confusão

§ 180.º A confusão

Bibliografia: António Menezes Cordeiro, *Tratado de Direito civil*, VIII e IX, 3ª ed., Almedina, Coimbra, 2018, reimp.;

Idem (coordenação), *Código Civil Comentado*, II – *Das obrigações em geral*, Almedina, Coimbra, 2021-02-18.

Outras indicações constam das obras acima indicadas.

Direito das obrigações II

Cronograma

aulas teóricas

<i>fevereiro</i>	18	§§	1-11
	25	§§	12-26
<i>março</i>	4	§§	27-42
	11	§§	43-55
	18	§§	56-67
	25	§§	68-82
<i>abril</i>	8	§§	83-94
	15	§§	95-104
	22	§§	105-119
	29	§§	120-132
<i>maio</i>	6	§§	133-150
	13	§§	151-164
	20	§§	165-180